

1) Discorra sobre a responsabilidade civil pela perda de uma chance abrangendo os seguintes aspectos: **a)** conceito; **b)** natureza jurídica; **c)** parâmetros para fixação da indenização; **d)** aplicabilidade na relação de emprego.

2) Sobre a estabilidade e licença-maternidade da empregada gestante responda:

a) O fato de a criança ter falecido no dia seguinte ao nascimento retira da empregada o direito à licença-maternidade? E se a criança tivesse nascido sem vida, haveria direito à licença-maternidade? Em caso positivo, de quantos dias será a licença-maternidade?

b) É lícita a previsão contida em norma coletiva condicionando o direito à estabilidade provisória da gestante à expressa comunicação do estado gravídico ao empregador?

c) Haverá o direito à estabilidade provisória se a própria empregada não sabia de sua gravidez no momento em que foi dispensada sem justa causa?

3) Antônio de Tal, pai de João, Pedro e Ana com, respectivamente, 25, 20 e 18 anos, manteve vínculo empregatício com a empresa Transportadora Boa Entrega Limitada. O contrato de trabalho findou-se em face da ocorrência de um acidente de trabalho que levou ao óbito do empregado. João e Ana ajuizaram reclamação trabalhista em face da ex-empregadora do falecido com pedido de indenização por danos morais. O juiz julgou improcedente esse pedido, cuja sentença transitou em julgado. Pergunta-se:

a) Quais os efeitos do trânsito em julgado desta ação no atinente ao Pedro que não participou da relação jurídica processual?

b) Pedro poderá ajuizar reclamação trabalhista, isoladamente ou em litisconsórcio com seus irmãos, com idêntico pedido e mesma causa de pedir em face da ex-empregadora do falecido? Neste caso haveria a possibilidade de julgamentos conflitantes e conexão ou continência com a ação anteriormente ajuizada?

4) Tício propôs ação de indenização por danos morais e materiais em face da empresa “X”, em que aduziu ter sofrido acidente de trabalho em 10.07.2001. A extinção do contrato de emprego, por iniciativa do empregador, ocorreu em 11.07.2002. A ação foi distribuída à 2ª. Vara Cível da Comarca de Cuiabá em 30.09.2005. A empresa “X” apresentou defesa, na qual arguiu, em preliminar, a incompetência material e requereu a remessa dos autos à Justiça do Trabalho. Como prejudicial de mérito, requereu a pronúncia da prescrição da pretensão de indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente de trabalho. O Juiz Cível acolheu a preliminar e determinou a remessa dos autos à uma das Varas do Trabalho de Cuiabá. O processo foi concluso para sentença. Decida acerca da prescrição.

5) Acerca da possibilidade do reconhecimento de ofício pelo juiz da incompetência relativa prevista nos artigos 112 e 114 do CPC, responda:

a) a eleição de foro em contrato de adesão é nula?

b) qual o limite temporal para o juiz reconhecer, de ofício, a incompetência prevista nestes artigos?

c) referidos dispositivos legais, por força do contido no artigo 769 da CLT, aplicam-se, subsidiariamente, ao processo do trabalho? Caso positivo, cabível recurso da decisão do Juiz do Trabalho?

6) Sobre o regime jurídico dos bens públicos:

a) em caso de esbulho é possível a retomada de bem público de forma auto-executória pela Administração?

b) afetação e desafetação. Conceito. Formas de afetação e desafetação dos bens públicos.

c) possibilidade de alienação dos bens públicos de uso comum e especial.

7) O Prefeito de determinado Município autorizou, mediante portaria, a contratação por prazo indeterminado e sem concurso público, de 50 trabalhadores pelo regime celetista, para o exercício de funções ligadas à Secretaria de Tributação. O Ministério Público do Trabalho propôs ação civil pública em face do Município e do Prefeito, perante a Vara do Trabalho local, objetivando o desfazimento do ato e a responsabilização pessoal do agente político pelos danos coletivos.

Em sua defesa, o Prefeito aduziu sua ilegitimidade para figurar no pólo passivo; a ilegitimidade ativa do Ministério Público do Trabalho para propor a ação e a incompetência material da Justiça do Trabalho. Discorra acerca das preliminares argüidas pelo Prefeito Municipal.

8) Durante trinta dias, um empregado trabalhou de segunda-feira a domingo, das 06h00min às 12h15min, com quinze minutos de intervalo intrajornada. Pergunta-se:

a) Nesse período houve a prestação de horas extraordinárias? Em caso positivo, qual o adicional a ser utilizado?

b) No tocante à base de cálculo e reflexos nas demais verbas, quais as diferenças existentes entre horas suplementares prevista no artigo 7º, inciso XIII da Constituição Federal e a dobra prevista na Lei 605/49? Pode ser cumulado o pagamento das horas suplementares com ao dobra prevista na Lei 605/59?

9) Ao proferir sentença de mérito, o MM. Juiz de uma das Varas do Trabalho de Cuiabá deferiu, na própria sentença, a antecipação dos efeitos da tutela para determinar a reintegração do autor no emprego, sob pena de pagamento de multa diária equivalente a um salário mínimo. Diante disso, discorra sobre a legalidade da antecipação dos efeitos da tutela na própria sentença, a medida cabível contra essa decisão e a possibilidade de fixação de multa diária em salários mínimos.

10) Iniciada a execução da sentença, caracteriza fraude de execução a venda de bens particulares pelo sócio-proprietário de uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, antes da desconsideração da personalidade jurídica e a sua inclusão no pólo passivo da ação de execução?